10.8. A relação final dos deferidos será publicada mensalmente no diário oficial do estado e no site da FCP (www.fcp.pa.gov.br)

11. DA CONVOCAÇÃO DOS CREDENCIADOS:

11.1. Para a convocação dos prestadores de serviços, deverá ser observado (a):

11.1.1. A necessidade de realização do objeto pela FCP (oficina, workshop e palestra);

11.1.2. O credenciamento deverá ter sido efetivado por meio da plataforma link: <https://credenciamento.fcp.pa.gov.br/>, e constar a inscrição na Lista dos Credenciados Habilitados que estará disponível no site da FCP;

11.1.3. A Pertinência entre a natureza da demanda e as categorias e subcategorias dos credenciados;

11.1.4. Outras peculiaridades objetivas acerca da execução do objeto capazes de influir na análise da melhor maneira de atender ao interesse público envolvido no caso concreto, acolhendo critérios de logística, eficiência e economicidade, tais como critérios geográficos (municípios indicados no ato de inscrição);

11.1.5. Verificar se o interessado obteve avaliação satisfatória de execução de serviços anteriores efetivados junto a esta FCP para fins desta política pública. E se não há qualquer outro impedimento de realização de contrato e prestação de serviço com o poder público;

11.2. Análise por Currículo/Portifólio

11.2.1. Sorteio, se for o caso.

11.2.1.1. A etapa de sorteio somente será realizada quando, após superados todos os critérios anteriores previstos no item 12.1, houver mais de um credenciado apto à prestação do serviço à FCP.

11.2.1.2. A etapa de SORTEIO deverá ser realizada em sessão pública na sede da FCP, cuja data e o local serão previamente anunciados, e será feita através de software online livre que possua este fim específico, tendo seu deslinde também registrado em ata que deverá ser acompanhada do espelho impresso do resultado do sorteio eletrônico.

11.2.1.3. Em todos os casos deverá ser observada regra do rodízio (conforme linguagem, categoria e subcategoria), de tal maneira que uma vez prestado o serviço por um dos credenciados, este só tornará a ser convocado novamente pela Administração Pública, através deste edital, quando for oportunizada a contratação aos credenciados (conforme linguagem, categoria e subcategoria), também aptos à prestação do serviço em igualdade de condições;

11.2.1.4. O setor interessado na contratação deverá elaborar o PLANO DE TRABALHO Anexo 4 (da contratação) detalhado da Oficina que se pretende realizar, em processo administrativo próprio, e que balizará a convocação do(s) credenciado(s) para prestação do serviço;

11.2.1.5. Somente poderá ser convocado o interessado que constar na Lista de Credenciados publicada no site da FCP;

11.2.1.6. Análise de outras peculiaridades objetivas acerca da execução do objeto capazes de influir na convocação, conforme o caso concreto, acolhendo critérios de logística, eficiência e economicidade, tais como critérios geográficos (municípios da prestação de serviço com os municípios indicados no ato de inscrição).

11.2.1.7. A convocação dos credenciados observará os critérios previstos neste Edital e o resultado do SORTEIO, quando necessário.

11.2.1.8. Dentro do mesmo exercício financeiro, cada credenciado convocado não poderá ultrapassar a carga horária total de até 10 horas para Palestras, de até 80 horas para WORKSHOPS e de até 230 horas para Oficinas, ao ano.

11.2.1.9. A unidade solicitante da FCP deve verificar os cadastros, as documentações e apresentar justificativa fundamentada acerca da realização das oficinas, workshops e palestras, bem como obedecer a convocação dos credenciados consoante disposto no item anterior, considerada a área cultural e linguagem artística.

11.3. O PLANO DE TRABALHO anexo 4 (da contratação) para cada atividade apresentará no mínimo:

11.3.1. Justificativa e objetivo da realização da oficina que demonstre o interesse público na consecução do mesmo;

11.3.2. Indicação do local de realização da atividade com endereço completo.

11.3.3. Indicação se a atividade será Presencial ou Virtual;

11.3.4. Indicação do público alvo, a classificação indicativa de faixa etária e da quantidade estimada de alunos;

11.3.5. A categoria e subcategoria de cada atividade que se pretende ofertar;

11.3.6. A carga horária, as datas e horas de começo e fim, individualizadas para cada atividade pretendida;

11.3.7. Indicação da possibilidade da atividade ser ou não gravada;

11.3.8. Indicação da necessidade de material, quando for o caso;

11.3.9. Indicação da necessidade de MONITOR(ES), de forma justificada.

12. DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

12.1 Para fins de contratação, os credenciados serão convocados através de notificação - que poderá ser eletrônica, destinada ao e-mail inscrito do postulante; ou física com aviso de recebimento - e terão o prazo de até 5 (cinco) dias corridos, após o recebimento do comunicado, para apresentar pessoalmente os documentos abaixo relacionados no endereço indicado na notificação:

12.1.1. Comprovante de regularidade fiscal junto à Fazenda Federal;

12.1.2. Comprovante de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual Paraense;

12.1.3. Comprovante de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal do domicílio do credenciado;

12.1.4. Indicação de conta corrente junto ao Banco do Estado do Pará;

12.2. A convocação será feita pela Diretoria responsável pela demanda da linguagem(ns), categoria e subcategoria.

12.3. A convocação por e-mail destinada ao endereço eletrônico fornecido

pelo credenciado será considerada lida após 02 (dois) dias úteis de seu envio, independente de manifestação expressa do destinatário.

12.4. A cópia do PLANO DE TRABALHO elaborado pela Administração será encaminhado junto à notificação e será parte integrante do processo de contratação.

12.5. O credenciado que, mesmo atendendo à convocação, deixar de trazer quaisquer dos documentos do item 12.1 não poderá ser contratado.

12.6. Os credenciados que injustificadamente não atenderem à convocação prevista no item 12.1 terão seus credenciamentos cancelados.

12.7. A convocação para celebração do contrato, ou documento que o substitua, deverá ser feita com prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos de antecedência do início previsto para a execução do objeto.

12.8. A recusa no atendimento de nova solicitação no prazo indicado pela Administração, implicará na impossibilidade de contratação do convocado.

12.9. Além dos valores previstos no item 14, não será devido qualquer auxílio financeiro ao credenciado convocado a prestar serviço em município(s) por ele indicado no ato de postulação ao credenciamento.

12.10. Caso não se tenham credenciados para a localidade pretendida da Oficina, a Administração poderá convocar os demais credenciados das outras localidades da referida categoria e subcategoria indicada sendo, portanto, custeadas as despesas de viagem (diárias) para este atendimento institucional. Este dispositivo é específico para a execução na modalidade presencial.

12.11. O instrumento de contrato, ou outro documento que o substitua, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/21, deve ser assinado e publicado ou retirado antes de iniciada a execução do objeto.

12.12. O credenciado convocado que, injustificadamente, deixar de assinar o contrato, ou documento que o substitua, dentro do prazo estabelecido pela Administração, será considerado como inadimplente acerca da obrigação que se pretendia executar, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

12.13. A publicação de cada extrato de contrato, ou documento que o substitua, será feita no prazo de até 10 dias de sua assinatura, art. 94, inciso II da Lei nº 14.133/21.

12.14. A execução do objeto da contratação é personalíssima, não admitindo subcontratação total ou parcial ou substituição do credenciado por terceiro.

12.15. Toda prestação de serviço decorrente deste procedimento de credenciamento deverá ser realizada e finalizada impreterivelmente até o último dia útil do exercício corrente.

12.16. O credenciado deverá obrigatoriamente constar como único titular da conta em que será depositado o pagamento. Se o credenciado for Micro Empreendedor Individual - MEI a conta corrente deverá ser em nome da Pessoa Jurídica (MEI).

12.16.1. Não serão aceitas conta poupança ou contas-benefício, tais como Bolsa Família, Bolsa Escola, Aposentadoria, dentre outras.

12.17. O valor relativo à contraprestação pelo serviço prestado será pago em até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento definitivo do objeto e do atesto do fiscal na respectiva nota fiscal (se MEI) ou recibo (se PF), emitida(o) pelo prestador do serviço.

12.18. O valor previsto no item 14 é bruto, ficando o contratado ciente que os impostos e demais encargos sociais serão retidos na fonte, nos termos da legislação vigente.

12.19. O pagamento da remuneração importa na quitação da obrigação da FCP.

13. DO DESCRENCIAMENTO

13.1. O presente credenciamento tem caráter precário. A qualquer momento, o credenciado pode solicitar o descredenciamento, caso não tenha mais interesse. Ademais, a Administração poderá, através de decisão fundamentada, promover o descredenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital ou na legislação pertinente, bem como tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior à habilitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica.

13.2. O credenciado que desejar iniciar o procedimento de descredenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.3. A Administração pode, a qualquer momento, solicitar o descredenciamento se:

13.3.1. Forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço;

13.3.2. Ocorrer a superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa do credenciado, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;

13.3.3. Houver manifestação do credenciado nesse sentido;

13.3.4. Convocado, o credenciado deixar de atender à solicitação da Administração e não apresentar justificativa.

13.4. Excetuando-se a hipótese de descredenciamento voluntário, será sempre garantido o contraditório e ampla defesa, oportunizando-se ao credenciado a manifestação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação de descredenciamento.

13.5. Não exercido o direito a que alude o item 13.4, o credenciado será automaticamente descredenciado, devendo ser promovida atualização da lista de credenciados. Em caso de manifestação, a Comissão avaliará os argumentos apresentados e proferirá decisão, da qual não caberá recurso.

13.6. Da decisão que concluir pela hipótese de descredenciamento caberá recurso no prazo de 05 dias úteis, o qual será apreciado pela Comissão Especial de Análise do Credenciamento e pela Diretoria Interessada demandante. O prazo inicia-se dá ciência do CANDIDATO, podendo ser pessoal, por meio eletrônico ou postal e na ausência dessas formas, será contado a partir da publicação no diário oficial da lista consolidada.